

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE JUNDIAÍ CMPC

Lei Municipal 9.633 de 14 de setembro de 2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA TREZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Reuniram-se às dezenove horas do dia treze de setembro do ano de dois mil e vinte e três, na sala reuniões, no 8º andar do Paço Municipal, situado na Av. da Liberdade s/nº - Jardim Botânico, Jundiaí - SP, os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Política Cultural. A reunião ordinária foi presidida pelo Presidente Nelson Picchi Junior, e secretariada por mim, Clarina Ana Fasanaro, para a seguinte PAUTA: 1. Leitura e aprovação das Atas de 02 e 28 de agosto de 2023; 2. Avaliação do Festival de Música; 3. Plano Municipal de Cultura.

Nelson Picchi abriu a reunião salientando o trabalho exaustivo que o CMPC foi submetido por conta das demandas da Lei Paulo Gustavo, tendo feito as entregas dentro dos prazos estabelecidos. Posteriormente passou a palavra para a Clarina Fasanaro fazer a leitura das Atas.

1. Leitura e aprovação das Atas de 02 e 28 de agosto de 2023 – Clarina fez a leitura das Atas e todos concordaram com o teor da mesma. Nelson entrou no assunto relativo ao projeto de comemoração do Dia Nacional do Samba conforme proposta da Câmara de Cultura Popular (item extra pauta). Foi lida a proposta que propõe apresentações de escolas de samba e shows, dentre outras ações. João questionou quem realizaria o evento, se o pedido é de apoio ou realização. Que se for realização não tem como, pois esse evento não está no orçamento. Disse que a UGC pode inserir o Dia do Samba dentro das comemorações do aniversário da cidade e assim se deu o fechamento deste tema.

2. Avaliação do Festival de Música – Clarina fez a leitura da Ata da reunião da Câmara de Música, realizada em 07/08/2023, com pauta relativa ao Festival. Abriu-se um debate sobre a questão do ineditismo das músicas inscritas, visto que músicas premiadas no Festival de 2023 já tinham sido premiadas em outros festivais, assim como ocorreu em 2022. A Câmara de Música apresentou uma proposta onde o concorrente assina uma declaração de que a música nunca foi premiada. João Carlos falou sobre a dificuldade de aferir essa questão e manteve sua posição contrária ao formato proposto pela Câmara de Música. Sobre o fato de apenas 10% os inscritos serem selecionados para as eliminatórias e o apontamento da Câmara para elevação do percentual, João Carlos disse que ampliar os dias do Festival cria problemas para os compositores que vem de fora. Lucas Martinelli falou sobre festivais de dança onde não existe critério de inédito e Clarina salientou a peculiaridade da linguagem, visto que um compositor pode ter várias composições e concorrer com novas músicas, abrindo espaço para a novidade. Kelly disse preferir que os critérios restrinjam músicas já premiadas para dar mais oportunidades. Paulo Almeida falou sobre poucos pontos positivos apontados pela Câmara e Clarina e Bel Rebello salientaram os pontos positivos apontados e disseram que o parecer da Câmara foi bem preciso enumerando pontos positivos, negativos e sugestões e que isso partiu do coletivo. A questão da repetição do corpo de jurados também foi debatida e João Carlos de Luca disse achar pertinente a renovação dos jurados. Paulo Henrique falou sobre festivais de música eletrônica e trouxe a questão da divulgação no debate e Lucas Martinelli falou que a

fala da desesperança é muito triste, já que tem eventos de dança de porte que agregam pouco público. Disse que é evidente a falta de servidores na UGC e que isso compromete os eventos. João disse que para ampliar servidores precisa ter orçamento e Nelson falou sobre as questões relativas ao Jurídico, que estão mais alinhados para facilitar as questões burocráticas. Fernanda Sifuentes sugeriu a categoria Música Infantil no Festival. Paulo perguntou de que forma a música chega no público infantil e Fernanda disse que se dá de forma lúdica, associada à expressão corporal. Complementou que algumas ações que se dizem voltadas para o público infantil não dialogam com o universo infantil. Clarina disse que essa questão precisa estar pontuada no Plano Municipal de Cultura. Foi levantada a questão da acessibilidade nos Editais da Lei Paulo Gustavo, pois inúmeros espaços públicos não tem acessibilidade e João disse que nas inscrições pode ser feita uma justificativa quando não for possível contemplar esse critério. Fernanda disse que tem sentido melhoras nas questões de inclusão e acessibilidade e Luan disse que a UGC precisa pensar numa forma de inserir essa questão nos projetos. Fernanda citou as crianças com espectro autista e que a inclusão é essencial, inclusive falou sobre parcerias com a Ateal, o Dein – Departamento de Educação Inclusiva da Unidade de Gestão de Educação e o Instituto Braille. Paulo disse ser de extrema importância o debate em torno dessas questões, que inclusive deverão constar no Plano Municipal de Cultura. Alessandra Citelli mencionou os dados do aumento crescente da população idosa na cidade, inclusive idosos portadores de deficiência e salientou que o tema é importantíssimo na condução de políticas públicas prevendo inclusão e acessibilidade. Ficou definido pelo envio da avaliação do Festival de Música realizada pela Câmara de Música visando reuniões que antecedam as ações da próxima edição.

3. Plano Municipal de Cultura – João falou que o Plano será validado em reunião a ser realizada em 03 de outubro de 2023. Foi sugerida a realização de mais reuniões devido à importância e complexidade da questão, mas João disse que fica difícil para todos em função de agenda. Nelson disse que o CMPC precisa ter foco e objetivos claros para chegar num formato. O tema inclusão e acessibilidade, envelhecimento da população da cidade e ações que dialoguem com o público infantil foram apontados acima como essenciais no Plano Municipal de Cultura. Nelson falou sobre a proposta de integração entre os diversos conselhos da cidade, inclusive tendo participado de reuniões de outros conselhos. Sobre a questão do formato das reuniões, presencial ou online, Nelson disse considerar a presencial mais produtiva. Sobre horário, Kelly sugeriu mais cedo, mas os membros da Sociedade Civil disseram ser melhor mais tarde em função de horário de trabalho. Ficou definido nas reuniões presenciais às 19h00 e online às 20h00.

Sem mais nada a discutir, a reunião foi finalizada às 21h25 pelo conselheiro e presidente do CMPC Nelson Picchi Junior. Eu, Clarina Ana Fasanaro, lavrei a presente ata. **A reunião contou com a participação da** convidada Mylla Moreira (Câmara de Música) **e dos conselheiros:** Nelson Picchi Junior – Titular Audiovisual, Clarina Ana Fasanaro e Bel Rebello – Titular e Suplente da Música, Luan Henrique da Silva - Titular Teatro, Lucas Martinelli – Suplente da Dança, Eliane Diana Nunes – Titular Economia Criativa e/ou Produtores e Gestores Culturais, Paulo Henrique dos Santos Rosa – Titular Cultura Popular, João Carlos de Luca – Titular UGC, Fernanda Sifuentes P.Leitão – Titular Unidade de Gestão de Educação, Kelly Cristina Galbieri – Titular

Assessoria de Políticas LGBTQIAP+, Alessandra de Araújo Citelli – Titular Assessoria de Políticas para o Idoso e Paulo Fernando de Almeida – Titular Assessoria de Políticas de Direitos Humanos. Justificaram ausência Letícia Atique Branco e Isabelly Cristina S.Maia – Titular e Suplente da Assessoria de Políticas para a Juventude, Ricardo Cantamessa e Rosana Congilio.

Jundiaí/SP, treze de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

NELSON PICCHI JUNIOR
Presidente do CMPC

CLARINA ANA FASANARO
Secretária do CMPC